

Práticas Integrativas e Complementares: a Enfermagem Fortalecendo essa Proposta

Integrative and Complementary Practices: Nursing Strengthening this Proposal

Maria Elizabeth da Costa Felipe Santiago

Universidade Potiguar, Curso de Enfermagem, RN, Brasil.

E-mail: elizabeth55_@hotmail.com

Resumo

Atualmente, há aumento da utilização de práticas integrativas e complementares, especialmente, em países desenvolvidos. Dessa maneira, é indispensável o resgate dos principais marcos na história da saúde, que estabeleceram a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC. Frente a essas circunstâncias, o objetivo é sondar a capacidade que o profissional enfermeiro possui para desenvolver sua autonomia, de acordo com a PNPIC, no que diz respeito à inserção das práticas integrativas durante o cuidado em enfermagem. O método de pesquisa utilizado é uma revisão de literatura, com buscas efetuadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas seguintes bases de dados: Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Literatura Internacional em Ciências da Saúde (Medline), sendo selecionados sete artigos publicados entre 2006 e 2013. As pesquisas demonstraram o desconhecimento dos enfermeiros quanto à legislação e a falta de capacitação específica. Daí a necessidade de introduzir disciplinas teóricas e práticas a respeito das práticas integrativas e complementares na graduação, com o intuito de incentivar o interesse dos acadêmicos por novas áreas de atuação, e a importância de que egressos, os enfermeiros busquem qualificação e especializações em práticas integrativas e complementares.

Palavras-chave: Terapias Integrativas e Complementares. Profissional de Enfermagem. Qualificação e Especialização.

Abstract

Nowadays, there is an increase regarding the use of integrative and complementary practices in health, especially in developed countries. Thus, it is indispensable to rescue the main milestones in the history of health that established the National Policy of Integrative and Complementary Practices (PNPIC). In view of these circumstances, the objective of this paper is to identify the nursing professional skills to develop his or her autonomy according to the National Policy on Integrative and Complementary Practices (PNPIC), regarding the insertion of integrative practices during nursing care. The research method used is a literature review carried out through searches in the Virtual Health Library (VHL), in the following databases: PanAmerican Health Organization (PAHO), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (Lilacs) and Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline). Seven articles published between 2006 and 2013 were selected using the keywords integrative therapies, complementary therapies and the nursing professional autonomy. Research has shown that nurses are not aware of the legislation and lack specific training, therefore it is necessary to introduce theoretical and practical disciplines regarding integrative and complementary therapies in undergraduate courses, in order to encourage the interest in new areas of healthcare, and, once they have graduated, nurses should seek qualification and specialization in integrative and complementary therapies.

Keywords: *Integrative and Complementary Therapies. Nursing professional. Qualification and Specialization.*

1 Introdução

Atualmente, constata-se aumento visível na utilização de medicina alternativa, complementar e integrativa, especialmente, em países desenvolvidos. A literatura vigente aponta que em países em desenvolvimento e os mais necessitados, a medicina não convencional continua como um componente relevante no tratamento (SPADACIO; BARROS, 2009). Dessa maneira, é indispensável o resgate dos principais marcos da história da saúde, que estabeleceram a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC, sua conexão e implicação na construção do papel do profissional de enfermagem como mecanismo de qualificação e maior obtenção de resolução nas ações de saúde e cidadania do usuário do serviço público de saúde (BRASIL, 2006).

O impacto da publicação da PNPIC atingiu, entre outros, os campos: econômico, tecnológico e político-social, visto que favorece a inserção de atividades de cuidado inseridas no discurso e na ação dominante agregada ao comércio de objetos e atividades da racionalidade biomédica (BARROS, 2006).

Essa Política é compreendida pelos gestores como uma das condições que assegura a universalização da assistência em saúde, mediante a escolha de seu tratamento pelos pacientes. Nos vinte anos anteriores, o Sistema Único de Saúde - SUS passou por várias modificações em sua composição política, jurídica e organizativa, com ampliação expressiva da assistência médica ofertada à população. O baixo custo no tratamento, por meio das terapias complementares e a sua

insuficiência na efetivação perante a medicina convencional trazem referências, que são fundamentais, enquanto razão da progressiva introdução das práticas opcionais nas atividades públicas de saúde, sendo um exemplo de cuidado através das práticas integrativas é a homeopatia, que perdurou durante muitas décadas, porém nos dias atuais se têm diminuído e até mesmo cessado as especializações nessa área (PINHEIRO; LUZ, 2007).

Visto o crescimento na utilização de medicinas alternativas e complementares, é indispensável que os profissionais de saúde estejam habilitados para esclarecer e atender aos usuários, reconhecendo os efeitos adversos, as interações medicamentosas e desenvolver as medicinas complementares separadas ou agregadas às medicinas convencionais com segurança (CHRISTENSEN, 2008). Conforme esse crescimento, a população e o interesse pelas práticas alternativas e complementares, à medida que se visualiza a expansiva inclusão dos sistemas terapêuticos alternativos nas redes públicas de saúde.

A associação entre PIC e a enfermagem tem atraído crescentes vantagens na área da saúde em todo o mundo. Alguns cientistas têm investigado essa questão explorando as circunstâncias comunitária, cultural, governamental e econômica, além das características compatíveis entre essas terapêuticas e a enfermagem (ADAMS; TOVEY, 2005). No entanto, a maior parcela deste trabalho é realizada nos Estados Unidos, na Austrália, no Canadá e no Reino Unido (BARROS, ADAMS, 2005).

Visto a atual formação do enfermeiro, entende-se que ainda exista um espaço vazio com relação às maneiras atuais, centralizadas no indivíduo, de promover saúde e prestar cuidados, compreendendo a cultura e reconhecendo os diferentes saberes. Predomina a estrutura do conhecimento científico, *nightingaliano*, fracionado e separado com essas práticas integrativas e complementares de saúde. Nesse sentido, inclui-se a figura excessivamente técnica de assistência no setor da saúde, que predomina no atendimento em detrimento de um pacto comunitário (PIRES, 2007). Pires (2007) ressalta, também, que é indispensável aplicar no exercício analítico reflexivo para alterar as práticas, os mitos e os conservadorismos, através do pensamento moderno e da atuação da população, conscientizando para a prática profissional e firmando seu poder nos ambientes, em que está inserida.

Incorporando esse modelo de refletir sobre a prática da enfermagem, compreendem-se as buscas como fundamentais no desenvolvimento dessas ações, assim como explorar, de forma mais intensa, a associação entre as atividades alternativas e complementares à prática da enfermagem (BARROS, ADAMS, 2005).

Frente a essas circunstâncias, o objetivo deste trabalho

é sondar a capacidade que o profissional enfermeiro possui para desenvolver sua autonomia, de acordo com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC, no que diz respeito à inserção das PIC durante o cuidar em enfermagem.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Constitui-se de um estudo teórico reflexivo, realizado a partir da leitura crítica da PNPIC do Sistema Único de Saúde - SUS, e de estudos atuais, que têm em sua composição as PIC em saúde e na enfermagem. Este constructo teórico segue a metodologia qualitativa, tendo como exemplo a compreensão e a interpretação dos métodos teóricos conquistados mediante sondagem bibliográfica (MINAYO, 2006). A seleção foi feita por pesquisa exploratória e sistemática, que se caracteriza pela síntese de informações disponíveis em um dado período, sobre uma temática específica, em caráter objetivo e reprodutivo, por intermédio de um método científico (PADULA *et al.*, 2012).

Os documentos eletrônicos presentes na Biblioteca Virtual em Saúde - BVS, nas bases de dados: Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, Scientific Electronic Library Online -SciELO, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde - Lilacs e Literatura Internacional em Ciências da Saúde - Medline. Outras fontes também foram manuseadas, como: livros, manuais, teses e dissertações, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde, por complementarem e estarem em consonância com as finalidades do presente artigo, excluindo-se aqueles que não continham informações relevantes.

As posteriores etapas foram: acessibilidade de todo o artigo na íntegra, relevância com a temática, publicações mais recentes, igualdade com as finalidades do estudo, obtenção dos resultados mais relevantes, sendo apontados por fim as contribuições do estudo para composição do trabalho. Já os critérios de exclusão foram: artigos em outra linguagem, sem ser o português e a não disponibilidade por completo na íntegra.

Foram selecionados sete artigos, correspondentes aos anos de 2006 a 2013, utilizadas as palavras chave: Práticas Integrativas e Complementares, Enfermagem e profissional da saúde.

2.2 Discussão

Capturaram-se artigos na base de dados Scielo, Lilacs, Medline e Opas, totalizando sete artigos sem duplicidade, na qual foram selecionados para a amostra final.

Quadro 1 - Artigos capturados nas bases de dados descritas acima sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no período de 2006-2013

N	Título	Periódico	Ano de Publicação
I	Repercussões da terapia comunitária no cotidiano de seus participantes	Rev. Eletr. Enferm.	2006
II	Grupo Feliz Idade: cuidado de enfermagem para a promoção da saúde na terceira idade	Rev. Esc. Enferm. USP	2007
III	A terapia comunitária como um novo instrumento de cuidado para saúde mental do idoso	Rev. Bras. Enferm.	2009
IV	Promoção da saúde mental do idoso na atenção básica: as contribuições da terapia comunitária	Texto Contexto Enferm.	2010
V	Terapia comunitária: cuidado com a família na perspectiva do graduando de enfermagem	Acta Paul. Enferm.	2011
VI	Enfermagem e a implantação da Terapia Comunitária Integrativa na Estratégia Saúde da Família: relato de experiência	Rev. Bras. Enferm.	2012
VII	Práticas integrativas e o empoderamento da enfermagem	Rev. Mineira Enferm.	2012

Fonte: Dados da pesquisa.

Os artigos selecionados foram publicados entre 2006 e 2012, com ausência de publicações no ano de 2008. A Revista Brasileira de Enfermagem expôs dois artigos com a temática. Todos os textos selecionados estão em Língua Portuguesa. Em conformidade com o referencial adotado, os resultados encontrados são variados, cada um com seus subtemas, sendo assim escolhidos para composição deste artigo, a partir dos objetivos do mesmo: Atuação da enfermagem na terapia comunitária integrativa como contexto para saúde e Terapias integrativas e complementares: a enfermagem se aproximando e se consolidando com esta proposta.

2.2.1 Atuação da Enfermagem nas Práticas Integrativas e Comunitárias como contexto para a saúde

A condução das terapias comunitárias é desenvolvida pelos terapeutas comunitários, estes profissionais podem ser de diversas áreas, contanto que comprovados, certificadamente, pela Associação Brasileira de Terapia Comunitária, passando a oferecer atividades de prevenção e introdução da sociedade e indivíduos em sofrimento psíquico leve (BRASIL, 2006).

Os artigos escolhidos trazem, em seu contexto, a necessidade desta capacitação nas PICS como uma oportunidade de aproximação dos profissionais de saúde com a população na qual ele presta cuidados, identificando as problemáticas e reconhecendo as soluções emergentes da própria comunidade ao compreender a realidade local.

A construção diária do vínculo entre esses atores sociais necessita de profissionais que enxerguem holisticamente e estejam capacitados para assegurar a continuidade da responsabilidade entre as várias instâncias envolvidas nas práticas assistenciais (OLIVEIRA; SIQUEIRA; FUREGATO, 2012). Contudo, sabe-se que alguns profissionais e serviços continuam transcrevendo a ideia manicomial, o que dificulta a execução das propostas advindas da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), a qual progride com a reeducação da comunidade sobre as redes de atenção ao portador de transtorno mental, que é desinstitucionalizado e reinserido no seio familiar e social (SANTOS *et al.*, 2013).

Conforme a RPB, a enfermagem e as diferentes produções

sobre a loucura mostram que há novas maneiras de cuidar na saúde mental, o compromisso da classe com a essência do cuidar perante a ação social, além de salientar as inquietações para a profissão (PINHO; KANTORSKI, 2011).

Nessa atuação, o profissional de enfermagem utiliza medidas de fortalecimento do cuidado no âmbito da saúde. Como exemplo se apresenta a Terapia Comunitária, que atende aos princípios do SUS, erguendo as redes de atenção à saúde e possibilitando modificações na sociedade para a resiliência (BRASIL, 2008).

2.2.2 O reflexo da (des)informação dos profissionais de Enfermagem acerca das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

Há relato da deficiência dos profissionais de enfermagem em relação à PICS, sendo ressaltada a necessidade em realizar uma maior orientação, assim como incentivo à busca de conhecimento nessa área, visto que houve observações dos profissionais como dificuldade na inserção das PICS. Tal fato está associado à ausência de instrução desses profissionais, que pode estar ligado à deficiência de informação a respeito da temática na graduação, pós-graduação ou cursos de capacitação (SAMPAIO *et al.*, 2013).

Apesar de as PICS estarem inseridas como parte da Política Nacional de Saúde e serem certificadas pelo conselho de Enfermagem, ainda assim poucas são as instituições que concebem disciplinas inserindo tais práticas. Como exemplo, têm-se uma pesquisa elaborada do ano de 2012 a 2013, abrangendo amostra de 87 instituições públicas brasileiras de ensino superior em Enfermagem, na qual se verificou que apenas 23 destas instituições ofertam disciplinas relacionadas às PICS, correspondendo ao percentual de 26,4%, e as que não oferecem equivalem à quantidade de 55 instituições (63,3%) e em nove (10,3%) as informações não são conhecidas. Das 23, em seis (26,1%) existe o caráter obrigatório e nas demais 17 (73,9%) são optativas. Das instituições e a relação com a localização se tem que oito (35%) estão na região Nordeste do país (SALLES; HOMO; SILVA, 2014).

2.2.3 Terapias Integrativas e Complementares

A enfermagem vivencia uma discussão de base ao tentar acrescentar as atividades diversificadas, erguer novos princípios sobre o corpo e modos de cuidar. Entretanto, continua submersa no “corpo hospitalar”, com pouco ou nada sobre a flexibilidade na forma de raciocinar e agir. Daí aparece a grande indagação: até onde a enfermagem conseguirá cumprir algo distinto dos modelos especificados, visto que a clínica ainda delimita as ações de cuidado e intervenção? (PIRES, 2005).

Segundo Pires (2005), com a ampliação da PIC, aparece a necessidade de debater a formação profissional do enfermeiro, em função do indispensável despertar quanto à forma “dormente” de cuidar, introduzindo conteúdos e qualificações nessa área, até então absorvidos, em parte, pelos profissionais de saúde. É evidente a conexão que existe entre as terapias e a enfermagem, e isso tem crescentemente chamado a atenção para o interesse no campo da saúde em todo mundo.

Mesmo que o conhecimento teórico ofereça incentivos para a formação do conceito de integralidade entre os acadêmicos, alguns questionamentos, no entanto, poderiam ser dispersos na prática profissional, com a inclusão do estudante no contexto das práticas, que incentivem a exploração de assuntos embasados em situações problema, a fim de ajudar no raciocínio sobre a PIC. É impossível refletir sobre a saúde sem pensar na educação no aspecto mais amplo do conhecimento, na concepção de suas implicações (LOCH-NECKEL; CARMIGNAN; CREPALDI, 2010).

Desse modo, visualiza-se a necessidade de introduzir disciplinas teóricas e práticas a respeito da PIC na graduação, com o intuito de incentivar o interesse dos acadêmicos por novas áreas de atuação, como essa que está em ampliação e permitindo o cuidado diversificado, capaz de observar outras particularidades de saúde do usuário, além de fortalecer os princípios do SUS.

Existindo essa proximidade entre as atividades terapêuticas e a enfermagem, é primordial que o enfermeiro concorde com a situação de se adaptar a algumas ações integrativas, oficialmente constituídas e cientificamente confirmadas, como por exemplo, a acupuntura. Para que isso ocorra, é necessário desenvolver, ou seja, a eficiência para realizar e decidir, nos povos como um todo, exercendo a autonomia nos contextos estabelecidos como importantes (LOCH-NECKEL; CARMIGNAN; CREPALDI, 2010).

Nesse ponto de vista, o enfermeiro se empodera de respaldo legal do Ministério da Saúde, quando este dispõe que a aplicação da medicina Tradicional Chinesa (MTC) é de natureza multiprofissional, para as classes profissionais presentes no SUS e em consenso com o grau de atenção (LAPPIS, 2005). A Resolução do COFEN nº 197/97 determina e reconhece as terapias integrativas como especialidade e/ou capacitação profissional em enfermagem, uma vez que o enfermeiro conclua o curso de formação, em instituições

de ensino reconhecidas e obtenha sua aprovação, com carga horária mínima de 360 horas (COFEN, 1997).

Sucessivamente, torna-se primordial estender perspectivas teóricas em prol da técnica da acupuntura, com ampliação da terapêutica para o enfermeiro nas academias e instituições de saúde, públicas e privadas, para que se faça uma prática multiprofissional, partilhada, ética, em benefício dos cidadãos brasileiros (KUREBAYASHI; OGUISSO; FREITAS, 2009).

A enfermagem deve se colocar nesse ambiente atual e cooperar com a formação nessa área. A sociedade tem desfrutado muito das PIC para reestabelecer a sua saúde e, progressivamente, tem procurado outros terapeutas que não são profissionais da saúde. Os enfermeiros se revelam entusiasmados com as PIC e, ainda, aceitam que estas podem facilitar a promoção da saúde, contudo, o desconhecimento da legislação e a carência de qualificação teórica e prática dificultam o desempenho nessa área (NUÑEZ; CIOSEK, 2005). A enfermagem está capacitada para ampliar seu espaço de atuação e aplicar certas práticas integrativas e complementares como elementos do cuidado.

Na administração das PIC, torna-se fundamental a atuação dos profissionais enfermeiros para disseminar as possíveis terapêuticas e modos preventivos aos clientes. Entretanto, há de se incentivar essa discussão como compromisso de todos os envolvidos: desde os docentes e enfermeiros assistenciais, até os graduandos, posto o cenário das PIC como um recente aspecto do serviço de trabalho, na área da saúde, propício e em crescimento (PARANAGUÁ; BEZERRA, 2008).

Diante da formação acadêmica e das questões éticas que conduzem à profissão do enfermeiro, fica claro que o mesmo está pronto e respaldado para se responsabilizar, de fato, por esse novo cenário de atividade, com a oportunidade de realizar suas ações de forma independente, quer seja no hospital, na atenção primária de saúde ou inclusive em seu próprio consultório.

3 Conclusão

O uso das PIC ainda assim, é um desafio que requer mais do que sua implantação, e sim, tratando-se de uma desmistificação de ideologia e concepção de novas formas de pensar. Alavancar novas visões amplas sobre os profissionais, capazes de serem modernos à medida que se visualiza além do exposto. Ter a convicção da transformação para uma atuação mais humana e solidária.

O que justifica pouco número de publicações em um período de oito anos, assim como a ausência de um descritor claro e específico para as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, disponível na Biblioteca Virtual em Saúde.

A enfermagem deve se fortalecer nesse novo sentido de inclusão e complementaridade entre o cuidado, normalmente comum e os cuidados integrativos. Para tanto, recomenda-se que os profissionais de saúde, exclusivamente, a enfermagem, estudo deste artigo, proporcionem discussão sobre a prática nos diversos âmbitos de atuação. No ensino, buscando incluir

tais aspectos nos currículos dos variados níveis de formação e, quando egressos, os enfermeiros devem seguir em busca de qualificação e especializações em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Nos serviços de saúde, se deve introduzir novas possibilidades de atuação e na pesquisa, evidenciando crescimento e lacunas das novas práticas. Enfim, agir em conformidade com a construção das políticas públicas.

Referências

- ADAMS, J.; TOVEY, P. Complementary and Alternative Medicine (CAM) and nursing: from advocacy to critical sociology. In: TOVEY, P.; EASTHOPE, G.; ADAMS, J. *The Mainstreaming of complementary and alternative medicine: studies in social context*. London: Routledge, 2005.
- BARROS, N.F.; ADAMS, J. A pesquisa sobre as terapias alternativas e complementares e enfermagem no Brasil. *Rev. Latinoam. Enferm.*, v.13, n.3, p.453-454, 2005.
- BARROS, N.F. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: uma ação de inclusão. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.11, n.3, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS*. Brasília: MS, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *O SUS e a terapia comunitária*. Fortaleza: MS, 2008.
- COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN197/97. *Estabelece e reconhece as terapias alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de enfermagem*. 1997. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br/2010/materias.asp?ArticleID=7041§ionID=34>
- CHRISTENSEN, M.C. *O ensino de medicina alternativas e complementares em escolas médicas: revisão sistemática da literatura*. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.
- KUREBAYASHI, L.F.S.; OGUISSO, T.; FREITAS, G.F. Acupuntura na Enfermagem brasileira: dimensão ético legal. *Acta Paul. Enferm.*, v.22, n.2, p.210-212, 2009.
- LAPPIS - Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde. Entrevista: Madel Luz - Ditadura da doença e utopia da saúde: coexistência de modelos nas práticas sociais, 2005. Disponível em: <http://www.lappis.org.br/site/> . Acesso em: fev. 2017.
- LOCHNECKEL, G.; CARMIGNAN, F.; CREPALDI, M.A. A homeopatia no SUS na perspectiva de estudantes da área da saúde. *Rev. Bras. Educ. Med.*, v.34, n.1, p.82-90, 2010.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: EDUC, 2006.
- NUÑEZ, H.M.F.; CIOSEK, S.I. Terapias alternativas/complementares: o saber e o fazer das enfermeiras do distrito administrativo 71 Santo Amaro São Paulo. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v.37, n.3, 2003. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342003000300002>
- OLIVEIRA, R.M.; SIQUEIRA, J.A.C.; FUREGATO, A.R.F. Nursing care implemented in psychiatric hospitalizations. *J. Nurs. UFPE*, v.6, n.7, p.1599-1607, 2012.
- PADULA, R.S. *et al.*, Análise da apresentação textual de revisões sistemáticas em fisioterapia publicadas no idioma português. *Rev. Bras. Fisioter.*, v.16, n.7, p.281-288, 2012.
- PINHEIRO, R.; LUZ, M.T. *Práticas eficazes x modelos ideais: ação e pensamento na construção da integralidade*. In: PINHEIRO, R.; MATTOS R.A. *Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: IMS/ UERJ CEPESC ABRASCO, 2007.
- PARANAGUÁ, T.T.B.; BEZERRA, A.L.Q. Atuação do enfermeiro em um hospital especializado em práticas integrativas. *Rev. Enferm. UERJ*, v.16, n.2, p.261-267, 2008.
- PIRES, M.R.G.M. Pela reconstrução dos mitos da enfermagem a partir da qualidade emancipatória do cuidado. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v.41, n.4, p.717-723, 2007.
- PIRES, M.R.G.M. Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. *Rev. Latinoam. Enferm.*, v.13, n.5, p.729-736, 2005.
- SALLES, L.F.; HOMO, R.F.B.; SILVA, M.J.P. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina. *Cogitare Enferm.*, v.19, n.4, p.741-746, 2014.
- SAMPAIO, L.A. *et al.*, Percepção dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família sobre o uso da fitoterapia. *REME*, v.17, n.1, p.76-84, 2013.
- SANTOS, R.C.A. *et al.* Reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira e suas dimensões. *Rev. Enferm. UFPE Online*, v.7, n.11, p.6705-6713, 2011.